

Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade em Diferentes Setores

**PRINCIPAIS AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS QUE PODEM SER PROPOSTAS NA
BUSCA POR ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS NA GESTÃO PÚBLICA DO
MUNICÍPIO X DO VALE DO JAGUARI SOB A ÓTICA DAS PRINCIPAIS
LIDERANÇAS PÚBLICAS**

**MAJOR SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ACTIONS WHICH MAY BE
PROPOSED IN SEARCH FOR SUSTAINABLE ALTERNATIVES IN
GOVERNANCE OF THE CITY X VALLEY JAGUARI THE PERSPECTIVE OF
PRINCIPAL LEADERSHIP PUBLIC**

Letiani Ereno Tadieloane e Marjorie Sangoi Frozza

RESUMO

Considerando o despertar do mundo e de seus principais líderes, com relação às consequências cada vez mais visíveis, causadas pelo acúmulo de exploração dos recursos naturais de forma equivocada e descontrolada pelos seres humanos, este trabalho tem por objetivo principal realizar estudos sobre as principais ações socioambientais que podem ser propostas na busca por alternativas sustentáveis na gestão pública do Município X do Vale do Jaguari sob a ótica das principais lideranças públicas. A pesquisa, de cunho qualitativo e quantitativo, foi realizada visando identificar os programas de preservação ambiental existentes no município, bem como, avaliar o conhecimento sobre gestão ambiental das lideranças e buscar ações socioambientais que possam ser implementadas futuramente. Foram abordados também, temas relacionados à ecologia, desenvolvimento sustentável, gestão pública sustentável, gestão ambiental pública, ISO 14.000, Agenda 21 e Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Os resultados mostram que o município tem importantes avanços em relação à preservação ambiental, mas possui a necessidade de serem adotadas novas ações de caráter efetivo e permanente, buscando uma gestão pública sustentável.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, gestão ambiental, gestão pública sustentável.

ABSTRACT

Considering the awakening of the world and its main leaders, about the consequences increasingly visible, caused by the accumulation of natural resource exploitation in error and uncontrolled by humans, this work aims at providing studies on major environmental initiatives that may be proposed in the search for sustainable alternatives in the public administration of the Municipality X Valley Jaguari the perspective of the main public leaders. The research, a qualitative and quantitative, was performed to identify the conservation programs in the municipality, as well as assess the knowledge about environmental management leaders and seek environmental actions that can be implemented in the future. Were also addressed issues related to ecology, sustainable development, sustainable public administration, public management, ISO 14000, Environmental Agenda and Agenda 21 Public Administration (A3P). The results showed that the city has important advances regarding environmental protection, but has the need to adopt new shares effective

and permanent character, seeking a sustainable public administration.

Keywords: sustainable development, environmental management, public management sustainable.

INTRODUÇÃO

A partir da intensidade de utilização dos recursos naturais, muitas vezes superiores a capacidade com que o meio ambiente se regenera, o consumismo exagerado, somado ao crescimento desordenado da população mundial, o desperdício generalizado conseqüentes da industrialização, do capitalismo e do modernismo, tem gerado uma amplitude dos impactos ambientais. Surge então, o conflito da sustentabilidade dos sistemas econômico e natural, pondo em risco a sobrevivência das gerações futuras, e fazendo do meio ambiente um tema literalmente estratégico e urgente.

Os desequilíbrios ambientais trouxeram a tona uma discussão que tardou a emergir, a conservação ambiental e a responsabilidade da sociedade como um todo. A degradação surge com o desenvolvimento desordenado das cidades, mas que também é necessário. E foi a partir disso que se percebeu a necessidade de garantir a saúde do planeta, sem frear seu desenvolvimento.

A preocupação com a preservação do meio ambiente vem crescendo e sendo considerada como importante e obrigatória pelas administrações públicas. As pressões das organizações internacionais, do governo e da sociedade em relação à demanda por uma maior qualidade ambiental, têm levado o poder público municipal a buscar respostas para estas exigências. No entanto, uma das responsabilidades do governo municipal é coordenar as ações e desenvolver, em conjunto com sua comunidade, um pensamento ambiental coerente, visando à preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

A fim de buscar um desenvolvimento sustentável, buscou-se a partir deste estudo analisar sob a ótica das principais lideranças públicas, ações socioambientais que podem ser propostas na busca por alternativas sustentáveis no Município X do Vale de Jaguari.

OBJETIVOS

Toda pesquisa deve ter o seu objetivo geral e os específicos determinados, pois através deles serão encontradas as possíveis respostas e soluções para responder a situação problemática abordada. Conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2001) é o objetivo que define, que aspecto da problemática mais ampla anteriormente exposta constitui o interesse central de pesquisa. Os objetivos são subdivididos em: geral e específicos.

O objetivo geral segundo Silva (2003) procura dar uma visão geral do assunto da pesquisa. O pesquisador estabelece o que espera conseguir com a sua investigação e define aonde pretende chegar. Os verbos que abrem os objetivos devem indicar ação. Por isto o objetivo deste trabalho é realizar estudos sobre as principais ações socioambientais que podem ser propostas na busca por alternativas sustentáveis na gestão pública do Município X do Vale do Jaguari sob a ótica das principais lideranças públicas.

Para Parra Filho (2000 apud Silva, 2003), os objetivos específicos são um desdobramento do objetivo geral, sendo nessa fase que a amplitude da proposta de trabalho tem sua delimitação e que permite o avanço da pesquisa em sua devida profundidade.

Para atender ao objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar a existência de projetos, programas de responsabilidade ambiental e verificar a situação que se encontram;
- b) Verificar possíveis ações e programas a serem implantados, segundo a ótica do público considerado.
- c) Sugerir ações socioambientais possíveis de serem implantados no município.

REVISÃO DA LITERATURA

ECOLOGIA

Para Odum (1985), a palavra Ecologia tem origem grega, onde o termo *oikos*, significa casa e *logos*, estudo. Ou seja, do termo *oikos* nasceu “eco” e do termo *logos* surgiu “logia”. Assim, a palavra ecologia significa etimologicamente o pensar sobre a nossa casa, isto é, o meio ambiente em que vivemos; estando relacionado a todos os organismos que fazem parte desse ambiente, assim como todos os processos que permitem que ela funcione e seja habitável.

Nos seus estudos, Odum (1985) volta a frisar que, a ecologia sempre fez parte da história da humanidade, pois desde os tempos remotos por motivos de sobrevivência, os seres humanos precisavam conhecer as potencialidades da natureza incluindo animais e vegetais que os rodeavam. Pode-se citar exemplo do uso do fogo, entre outros instrumentos para modificar o ambiente.

O conhecimento relacionado com o problema ecológico mudou a relação com o ambiente. Atualmente, o homem tem plena consciência de estar destruindo os elementos naturais indispensáveis para que a vida continue. Sabe-se que a Terra é limitada e que não se pode sobrecarregá-la com aumento populacional. A realidade e o mundo atuais são muito diferentes da realidade dos nossos antepassados.

Para Hutchison (2000), é inevitável a crescente preocupação e sentimento de urgência na avaliação do estado atual do ambiente global. O nível de destruição dos sistemas de vida e os processos ecológicos do planeta atingiram estágios alarmantes, repudiando claramente o nosso modo de vida atual. Dentro de uma perspectiva ecológica, o autor acima citado, aborda quatro situações que acredita serem à base de perturbações ecológicas: o aumento exponencial da população humana no âmbito global; a degradação das terras das comunidades florestais, das fontes de água e de outros mananciais aquáticos; a destruição da camada de ozônio e mudanças climáticas; e a crescente escassez de recursos naturais e extinção das espécies.

Pela existência da grande inquietação mundial no que se refere ao meio ambiente, será abordado em seguida conteúdo relacionado ao desenvolvimento sustentável, onde serão apresentados diversos assuntos sobre origem do tema desenvolvimento sustentável, assim como, conceitos e posicionamento de autores sobre esse tão abordado e importante tema.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é originário do conceito de Desenvolvimento Econômico. Por isso o conceito de desenvolvimento, de acordo com Denardi et. al. (2000), possui longa história de construção, sendo ainda tema de debates e controvérsias. Segundo este autor, entre o final da Segunda Grande Guerra Mundial e meados dos anos sessenta, não se fazia distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. No

entanto, as condições de vida de muitas populações não melhoravam, até pioravam, mesmo quando os seus países haviam alcançado elevadas taxas de crescimento. Por isso, idéia de desenvolvimento foi paulatinamente incorporando uma série de aspectos sociais: emprego, necessidades básicas, saúde, educação, longevidade.

Com isso, em termos históricos, pode-se situar a origem do conceito de sustentabilidade por volta de 1713, altura em que os primeiros alertas de que algo não ia bem com o ambiente, levaram alguns pensadores a lutarem pela manutenção dos bosques devido à exploração. E, no entanto com a publicação do documento “Limites do Crescimento”, editado pelo Clube de Roma, em 1972, que surge a ideia da necessidade de um desenvolvimento sustentável para a humanidade. Contudo, este conceito só é desenvolvido durante os trabalhos de preparação da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que teria lugar em 1987 como forma de responder ao fracasso das políticas para o desenvolvimento aplicadas até esse momento. O conceito é, nesta conferência, transformado em uma proposta política no Relatório Brundtland, (O Nosso Futuro Comum - WCED).

Pode afirmar-se que grande parte da discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido estruturada em torno da bem conhecida definição da Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento (WCED, 1988): satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades.

Com esse propósito de desenvolvimento sustentável, Montibeller (2007), em seus estudos afirma o conceito de que desenvolvimento socioeconômico dá-se no momento em que, o processo econômico e a atuação das políticas sociais abrangem com maior profundidade e amplitude a sociedade. O autor prossegue descrevendo algumas características que acompanharam o processo de crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável:

- a) Crescimento econômico - Aumento da produção e Renda *per capita* de maneira considerável e persistente à médio prazo ;
- b) Desenvolvimento Econômico - Aumento da produção e produtividade, transformação na estrutura produtiva, e diminuição das desigualdades sociais em médio e longo prazos;
- c) Desenvolvimento socioeconômico - Aumento da produção e produtividade, transformação na estrutura produtiva, inovações e significativas melhorias sociais A médio e longo prazos
- d) Desenvolvimento Sustentável - Aumento da renda per capita verde e da produtividade sustentável, transformação na estrutura *produtiva, nas formas* de produzir, nos produtos e serviços produzidos, assim como no padrão de consumo ao longo prazo. A sua abrangência é social conservando as ecológicas e do ambiente. Novo paradigma sociopolítico e científico (Qualitativo – econômico, social e ambiental).

Para Leff (2002), o momento vivido por nós em relação à crise ambiental, ou crise de civilização, denota o quanto o risco ecológico se interroga, pois, estamos em momentos de redirecionamento da trajetória da história. Para tal, reaparece a necessidade de limites do crescimento econômico e populacional, dos desequilíbrios ecológicos e da capacidade de sustentação da vida, da pobreza e das diferentes formas de desigualdades sociais.

Para Romeiro (2004), desenvolvimento sustentável, suscita criar ferramentas que estimulam valores e princípios característicos no desenvolvimento sustentável como, democracia, solidariedade, e definição de parâmetros orientadores que indiquem mudanças necessárias para novas escolhas e comportamento humano, orientado aos desafios de unir

aspectos ecológicos, sociais, econômico, institucional, direcionados ao desenvolvimento sustentável, para que possam induzir a necessária mudança de comportamento.

Por isso, a busca de um desenvolvimento sustentável levou ao estabelecimento de novas formas de relação com o meio ambiente natural, na busca da construção de um desenvolvimento que equilibre os aspectos econômicos, ecológicos e sociais. Para Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000), estas questões de desenvolvimento sustentável deixaram de girar em torno de controles de poluição, e passaram para um controle ambiental, integrando as práticas e os processos produtivos das organizações.

Dentre estratégias fundamentais que visam o desenvolvimento sustentável está a educação/reeducação. Objetivando não somente para que o homem possa se qualificar para lidar com as novas tecnologias, mas também para que ele possa se conscientizar da necessidade sobre o papel de sua existência, e da necessidade de se preservar o meio ambiente, e perceber que o mundo é um sistema formado por diversos subsistemas interrelacionados e interdependentes, dos quais ele depende para continuar a existir.

Para Brito e Câmara (1998), o primeiro passo é promover a conscientização ambiental da população, frente aos desafios do novo milênio, o que será uma grande tarefa para os ambientalistas e administradores de organismos ambientais, no sentido de orientar e divulgar os princípios que condicionam à sustentabilidade ambiental dos diversos biomas e ecossistemas brasileiros.

Nesse contexto, segundo Reigota (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Com este mesmo pensamento Pádua e Tabanez (1998), acrescentam que a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básica para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.

Na abordagem desse tema foi possível observar que, temas referentes ao desenvolvimento sustentável, visam de uma maneira geral, melhoria das condições do meio ambiente e conseqüentemente a qualidade de vida das populações atuais, sem colocar em risco a sobrevivência de gerações vindouras.

Porém o grande desafio para esses investimentos é semear o processo educativo e criar valores na sociedade de maneira que seja um costume intrínseco da cultura. O que se vê de maneira geral no setor são investimentos financeiros pouco preocupados com a questão intrínsecos, mas sim extrínsecos, ou seja, não bastaria apenas doar os recursos, mas de fato passar a mensagem e disseminar o processo educativo e cultural.

GESTÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL

Matus (1997 apud Amin, 2005) afirma que governar ou conduzir, é algo muito complexo, que não pode ser reduzido inteiramente a uma teoria. Para governar requer-se cada vez mais domínio teórico sobre os sistemas sociais.

Para Kotler e Lee (2008), serviços do setor público são indispensáveis a qualquer sociedade, pois, o setor público possui a faculdade de definir os princípios operacionais de qualquer sociedade. São os casos da responsabilidade pela defesa e exército, saúde, energia, saneamento, construção de estradas, assistência a populações menos favorecidas, etc.

De acordo com Amin (2005) as mudanças do serviço público se originam cada vez menos de ideologias e mais da necessidade de se enfrentar profundas transformações sociais, econômicas e tecnológicas.

Dentro do contexto relacionado à gestão pública sustentável, para Schenini e Nascimento (2006), esta nova gestão é mais ética e responsável com relação ao meio ambiente, com as relações e atividades econômicas e também com as relações sociais. Baseiam-se fundamentalmente em adotar e executar ações que podem ser gerenciais ou operacionais, mas todas com uma visão duradoura e integrada de sustentabilidade. Entretanto, existe ainda a atividade de fomento ao desenvolvimento sustentado e a execução da atribuição de controle e fiscalização que também são atribuições importantes e diferenciadas da gestão pública sustentável.

Por isso, compreende-se que todas as ações de gestão tanto de empresas como cidades, bairros, vilas, etc., visando crescimento e desenvolvimento, somente serão bem sucedidas e aceitas se forem acompanhadas por ações sustentáveis. Com este intuito, Schenini e Nascimento (2006), ressaltam algumas ações passíveis de serem adotadas nas diversas atividades para uma gestão pública sustentável:

- a) Conformidade à Legislação e Normas Ambientais, onde o Estado é o executor e fiscalizador das ações legais e normativas do Desenvolvimento Sustentável, tanto nas próprias atividades como nas atividades de terceiros;
- b) Agenda 21 — Planejamento Estratégico Sustentável, caracterizada por ser um processo de participação popular e prática de ações sustentáveis;
- c) Utilização de Tecnologias Limpas Gerenciais, com normas, critérios e padrões que possibilitam um desenvolvimento dentro de parâmetros sustentáveis;
- d) Utilização de Tecnologias Limpas Operacionais, destinado à área de produção e serviços, para prevenção da poluição e o controle dos impactos ambientais.
- e) Ações de Fomento e Recuperação Ambiental, focalizado o incentivo e a criação de oportunidades de emprego e renda sem destruir e de novas formas de agir ou de se comportar frente ao desafio ecológico;
- f) Ações de Controle e Fiscalização, permitindo executar tarefas de controle das atividades danosas bem como, fiscalizar e penalizar as possíveis causadoras de impactos negativos ao ambiente seja elas pessoas particulares, ou empresas particulares e públicas que expõem a vida humana e da natureza em risco.

GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA

Para Valle (2000), a Gestão Ambiental pode ser definida como um conjunto de práticas bem definidas aplicadas à redução e ao controle dos impactos gerados por um empreendimento ao ambiente; buscando a melhoria contínua das condições ambientais em uma organização. Estas práticas objetivam ainda a melhoria permanente das condições de segurança, higiene e saúde ocupacional de todos os funcionários, bem como pelo estabelecimento de um relacionamento saudável com os segmentos da sociedade que interagem com a atividade da organização.

Por isso, pode-se entender como gestão ambiental, um conjunto de princípios, estratégias e diretrizes de ações e procedimentos para proteger a integridade dos meios físicos e biótico, bem como a dos grupos sociais que deles dependem.

A Constituição Federal Brasileira estabelece que “*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado*”, sendo este o primeiro de todos os princípios que regem a política ambiental no país. Qualquer ato ou ação contrária a este princípio básico é ilegal. Outros princípios estabelecidos na Constituição são: o da sustentabilidade, impondo ao poder público e, à coletividade, o dever de defender e preservar o ambiente para a presente e futuras gerações; e o da responsabilidade ambiental, imputando o ônus da recuperação dos impactos e danos ambientais ao agente causador dos impactos ou danos ambientais.

Existem diversas propostas de normas de gestão ambiental que padronizam as políticas de responsabilidade ambiental das empresas, sendo algumas homologadas pelos órgãos normativos de determinados países (Maimon, 1999). O mais conhecido e utilizado no Brasil é o Sistema de Gestão Ambiental com base na série ISO 14001.

O Sistema de Gestão Ambiental estabelece os requisitos para as organizações gerenciarem seus produtos e processos, com o intuito de mitigar ou, ao menos, controlar as agressões ao meio ambiente, para que as comunidades não sofram demasiadamente com os resíduos gerados e que a sociedade seja beneficiada num aspecto amplo. Para se ter um sistema ambiental eficaz, é necessário conciliar proteção ambiental com as necessidades socioeconômicas da população e da organização.

Como vantagens da implementação de um sistema de gestão ambiental, pode-se citar, de acordo com Donaire (1999), o aumento do número e a satisfação de consumidores; aumento das vendas; atração de talentos; aumento da produtividade dos empregados; facilitação do acesso ao mercado de capitais, dentre outros benefícios. O autor destaca que uma empresa que é vista como socialmente responsável possui uma vantagem estratégica em relação àquela que não tem essa imagem perante o público. Maimon (1999) contribui ao destacar que os benefícios do Sistema de Gestão Ambiental não são apenas às empresas, mas também à sociedade.

Iso 14000

Conforme Donaire (1999), ISO - International Organization for Standardization (Organização Internacional de Certificações), como o nome já diz, é uma organização internacionalmente reconhecida que elabora normas a serem seguidas por empresas sobre certos aspectos. Sediada em Genebra/Suíça, sua ascensão se deu a partir da norma ISO 9000, que relaciona gestão e qualidade das empresas.

A Norma ISO 14000, como é conhecida, é um conjunto de padrões internacionais e diretrizes que especificam as exigências de um sistema de gestão ambiental efetivo, para serem aplicáveis a todos os tipos e tamanhos de organizações, visando estabelecer e avaliar a efetividade de processos e procedimentos estabelecidos para aplicação da política ambiental e seus objetivos outros. Tem por objetivo de elaborar uma série de normas que ofereçam ferramentas para a gestão ambiental nas organizações.

Conforme Donaire (1999) as normas do gênero ISO 14000 são divididas sobre dois aspectos. O primeiro são normas aplicáveis a organizações, divididas em outras três categorias: Sistema de Gestão Ambiental (SGA), Auditoria Ambiental e Avaliação do desempenho ambiental. O outro se trata das normas aplicáveis aos produtos, onde serão avaliados a Rotulagem Ambiental, Avaliação do Ciclo de Vida e os Aspectos Ambientais em Normas de Produtos.

Segundo Jatobá (2000), o conceito de sustentabilidade pode ser interpretado mais como um processo do que um estado, e reconhecendo-se a necessidade de integrar fatores estritamente ambientais com fatores sociais e econômicos, consegue-se formular um sistema de gestão utilizando-se dos preceitos da Agenda 21 e do método de sistema de gestão ambiental proposto pela ISO 14000.

Agenda 21

Em junho de 1992 a cidade de Rio de Janeiro, foi sede da Conferência das nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio 92 ou Eco 92. Esta conferência teve como objetivo discutir as conclusões e propostas extraídas do Relatório do Relatório Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland,

marco das discussões sobre o equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação dos recursos naturais.

Como resultado de tais discussões durante a Eco 92, a comunidade internacional elaborou e aprovou um documento contendo compromissos para mudança no padrão de desenvolvimento para o século XXI, denominado Agenda 21.

A Agenda 21 buscou reunir e articular propostas para iniciar a transição dos modelos de desenvolvimento convencionais para modelos de sociedades sustentáveis. É a mais abrangente tentativa já realizada de orientar um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando por todas as suas ações.

Portanto, a Agenda 21, pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Segundo Nascimento et. al. (2008), a Agenda 21 é dividida em quatro eixos temáticos: dimensões sociais e econômicas, conservação e gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento, fortalecer o papel dos principais grupos sociais, meios de implementação.

Agenda A3P

A sobrevivência das organizações públicas ou privadas estará assentada na nossa capacidade de atualizar o seu modelo de gestão, adequando-o ao contexto da sustentabilidade.

Por isto, a administração pública tem a responsabilidade de contribuir no enfrentamento das questões ambientais, buscando estratégias inovadoras que repensem os atuais padrões de produção e consumo, os objetivos econômicos, inserindo componentes sociais e ambientais. Diante dessa necessidade as instituições públicas têm sido motivadas a implementar iniciativas específicas e desenvolver programas e projetos que promovam a discussão sobre desenvolvimento e a adoção de uma política de Responsabilidade Socioambiental do setor público.

Na busca por soluções para a promoção das mudanças dos padrões de consumo e produção e a adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental no âmbito da esfera administração pública, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou, em 1999, o desafio às instituições governamentais através da publicação da denominada “Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P”.

A Agenda Ambiental da Administração Pública é um projeto, que tem por objetivo estimular a adoção de critérios socioambientais na gestão dos órgãos públicos, visando a minimizar e ou eliminar os impactos de suas práticas administrativas e operacionais no meio ambiente, por meio da adoção de ações que promovam o uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, além do manejo adequado dos resíduos.

Buscando estimular a percepção e mudança de atitude dos servidores públicos com o intuito de que estes disciplinem suas atividades de forma sustentável, o Ministério do Meio Ambiente (Cartilha A3P, 2009) definiu como objetivos da A3P: sensibilizar os gestores públicos para as questões ambientais; promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos; contribuir para os padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública; reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional; contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

A A3P, que surgiu em 1999 e desde 2004 tem integrado os Planos Plurianuais dos governos; não possuindo obrigatoriedade legal de adesão, mas é recomendada pelo Ministério

do Meio Ambiente, a qualquer ente da administração pública, seja da esfera federal, estadual ou municipal.

A A3P é uma iniciativa que demanda engajamentos individuais e coletivo, a partir do comprometimento pessoal e da disposição para incorporar conceitos preconizados, objetivando a mudança de hábitos e a difusão do programa.

METODOLOGIA

A metodologia de acordo com Vera (1973) proporciona métodos para verificar as hipóteses, técnicas para realizar corretamente uma pesquisa, mas não há receitas para se ter ideias, ou seja, a ideia pode nascer por acaso ou em qualquer situação.

Conforme Pádua (2004), a metodologia da pesquisa é voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade.

Segundo Gil (2007), pesquisa pode ser definida como um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas expostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Conforme Andrade (1999), a pesquisa, quanto à finalidade pode ser pesquisa pura (básica), que visa à satisfação do desejo de adquirir conhecimentos, sem que haja uma aplicação prática prevista; ou aplicada, onde os conhecimentos adquiridos são utilizados para a aplicação prática voltados para a solução de problemas concretos. Portanto, este trabalho de pesquisa é aplicada, pois visa gerar conhecimentos para a aplicação prática.

Para Gil (2007), com base nos objetivos, é possível classificar as pesquisas em três grupos: descritiva, exploratória ou causal, segundo Doxey & De Riz (2002-2003), as pesquisas exploratórias são aquelas que buscam uma abordagem do fenômeno pelo levantamento de informações que poderão levar o pesquisador a conhecer mais a seu respeito, as pesquisas descritivas são realizadas com o intuito de descrever as características do fenômeno, e as pesquisas explicativas, são aquelas em que o pesquisador procura explicar causas e consequências da ocorrência do fenômeno.

Quanto aos fins, esta pesquisa pode ser considerada como descritiva e exploratória, visto que segundo Gil (2001) a pesquisa descritiva tem por objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto à abordagem do problema, uma pesquisa pode ser qualitativa ou quantitativa. Segundo a concepção de Gressler (2004), a abordagem quantitativa caracteriza-se pela formulação de hipóteses, definições das variáveis, quantificação de coleta de dados e informações, utilizando de tratamentos estatísticos. Já a abordagem qualitativa é utilizada quando se busca descrever a complexidade de determinado problema, não envolvendo manipulação de variáveis e estudos experimentais.

De acordo com Polit, Beck e Hungler (2004), a pesquisa quantitativa, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Por outro lado, a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, e individuais da experiência humana, para aprender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno.

Quanto à abordagem do problema esta pesquisa possui características quantitativas e qualitativas.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), quanto aos procedimentos uma pesquisa pode ser experimental, bibliográfica, documental, pesquisa de campo, pesquisa ex-

post-facto, de levantamento, pesquisa com Survey, estudo de caso, pesquisa participante, pesquisa-ação, pesquisa etnográfica e pesquisa etnometodológica.

Silva e Menezes (2001) afirmam que o estudo de caso envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetivos, de maneira que se permitam o seu amplo e detalhado conhecimento. Por isso, do ponto de vista dos procedimentos técnicos a pesquisa é classificada como estudo de caso, envolvendo uma unidade de gestão pública a ser estudada.

A coleta de dados da pesquisa foram feitas de três: coleta de dados com os colaboradores da instituição, questionário com as lideranças expondo suas sugestões, e observações e sugestões por parte da pesquisadora.

A coleta de dados constitui uma parte importante na pesquisa, há recursos técnicos que podem ser utilizados para facilitar esse processo. Os principais métodos de acordo com Pádua (2004) são a pesquisa bibliográfica, a pesquisa experimental, a pesquisa documental, as entrevistas, os questionários e formulários, os estudos de caso, os relatos de experiências/relatórios de estágio e a observação sistemática.

O procedimento da coleta de dados constituiu-se através de questionários com questões mistas, sendo que a população definida para o estudo é constituída por um censo, ou seja, serão avaliadas as opiniões das principais lideranças públicas do município, em um total de 20 pessoas.

Dada à natureza das informações do estudo, após a análise bibliográfica, os dados obtidos com os colaboradores e análise dos questionários, os dados obtidos dar-se-á através da forma de análises de conteúdo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Após a coleta de dados inicia-se o processo de análise, uma das partes de grande importância em uma pesquisa, pois é nesta fase que os dados obtidos anteriormente serão transformados em informações relevantes. De acordo com Pádua (2004, p.82) “essa etapa é importante justamente porque através desta atividade há condições de evidenciar-se a criatividade do pesquisador”.

Para atender o objetivo específico que busca identificar a existência de projetos, programas de responsabilidade ambiental e verificar a situação em que se encontram, pode ser observado que é exposto abaixo.

Alguns projetos, programas e ações realizados através da Secretaria em preservação e manutenção do meio ambiente:

- Através da Resolução nº 167/2004, do Conselho Estadual do Meio Ambiente, no tocante ao licenciamento ambiental e, ainda, ao que determina a Lei Complementar nº 140, de 09.12.2011, nas ações administrativas na gestão dos recursos ambientais e das políticas nacionais e estaduais relacionadas à proteção do meio ambiente; fica ao encargo do município a execução dos serviços administrativos de Licenciamento Ambiental. Onde a Secretaria fica responsável pela prestação de serviços, que se consubstanciam na análise e emissão de pareceres técnicos relativos aos processos de licenciamento ambiental de impacto local;

- Na Secretaria existe um projeto chamado Reciclação, onde existem vários projetos e ações de preservação ambiental associadas a ele. Entre eles, esta o Projeto Profetas da Ecologia, formada por pessoas, que são responsáveis pela coleta e reciclagem do lixo seco urbano, e posterior à comercialização. Os separadores do lixo são organizados em forma de associativismo, onde a Secretaria de Meio Ambiente, presta serviços de apoio e orientação;

- Além da coleta do lixo urbano, é realizada também pelo município a coleta dos resíduos no interior de nosso município.

- Projeto de reciclagem de Óleo de Cozinha (que é executado por meio de parceria entre empresas privadas e com apoio da Secretaria.

- Projeto Usina de Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos, que visa à estruturação e construção por meio de convênio com o Governo do Estado e Federal, de uma usina de triagem e reciclagem de resíduos no município. O poder público municipal visa, possibilitar através uma forma organizada e em condições adequadas de trabalho, que os grupos de catadores possam desempenhar suas atividades de separação do lixo doméstico reaproveitável, trazendo diversos benefícios sociais e ambientais à população.

Ainda referente à análise dos resultados, foi feita a aplicação dos questionários com as principais lideranças públicas do Município X do Vale do Jaguari, para que pudesse ser avaliada a gestão ambiental, bem como propor ações socioambientais para que futuramente possam ser implantadas, evidenciando-se o ponto de vista destas lideranças, assim como seus conhecimentos em relação à gestão ambiental. A avaliação foi feita através de alternativas de múltipla escolha para cada questionamento. E, a última questão trouxe a abertura para a escuta dos munícipes quanto às propostas para o desenvolvimento sustentável.

Em relação ao gênero do público questionados, das vinte lideranças, 35% eram do gênero feminino; e 65% das lideranças eram do gênero masculino. Quanto ao nível de escolaridade, pode-se observar que 30% das lideranças, possuem ensino médio; 10% das questionados possuem ensino superior incompleto; 35% das lideranças possuem ensino superior completo e 25% dos questionados possuem pós-graduação.

Buscou-se identificar qual é o conhecimento sobre a Agenda 21, onde apenas 40% conhecem as intenções da Agenda 21; 50% das lideranças não conhecem a Agenda 21, e 10% das lideranças não sabem do que se trata o assunto. Ainda, procurou-se identificar o conhecimento sobre a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), onde apenas 15% conhecem A3P, enquanto grande parte dos questionados 85% não conhecem ou não sabem sobre as diretrizes da A3P.

As lideranças quando questionadas da existência de uma estrutura responsável exclusivamente pelas questões ambientais na Prefeitura Municipal X do Vale de Jaguari, foram quase que unânimes em suas respostas. Dos questionados, 95% demonstraram conhecimento desta estrutura, enquanto 5% dizem não conhecer esses responsáveis. Quando questionadas, sobre a o conhecimento da Prefeitura X promover ações de formação para funcionários, 20% não sabem que existência de qualificação profissional, enquanto 80% afirmaram saber da realização dessas ações. Ainda quando questionadas se a Prefeitura X desenvolve executa algum Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, 50% dos questionados afirmam que Prefeitura executa alguma ação, 25% das lideranças negam esta afirmação e 25%, afirmam não saber da existência desses programas.

Foi questionado ainda, o conhecimento sobre a existência de parcerias entre a Secretaria de Meio Ambiente do município com outras instituições ou órgão, 85% das lideranças firmaram o conhecimento de parcerias, 5% dizem não saber, e 10% expressa não saber da existência de parcerias.

Procurou-se obter informações junto às lideranças, sobre o conhecimento da existência de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) implementado na Prefeitura Municipal, 35% das lideranças questionadas, dizem que a Prefeitura Municipal possui um SGA e está implementado, 5% dos questionados, diz que o SGA está em fase de implementação e 60% das lideranças demonstram que não sabem da existência de um Sistema de Gestão Ambiental implementado na Prefeitura X. Buscou-se identificar ainda, quais seriam os fatores que motivou ou motivaria, a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental. Das lideranças interrogadas, 44%, afirma que seriam um compromisso ambiental por parte do Executivo, 28% acreditam melhorar o desempenho ambiental da organização, 19% motivaria por dar exemplos a outras entidades locais, 6% acreditam ser uma ferramenta de autocontrole da

legalidade e 3% acredita que motivaria com o intuito de melhorar a imagem perante os munícipes.

As lideranças públicas do Município X quando interrogadas, sobre o conhecimento se a Prefeitura Municipal elabora relatórios ambientais/relatórios de sustentabilidade, 45% das lideranças expressam que sim, 45% dizem que não sabem, e 10% dos questionados dizem que não. Foi questionado ainda, junto a quem o relatório é divulgado, sendo que relataram que estes relatórios são divulgados junto as entidades públicas e privadas (35%), após afirmam que são divulgados junto aos munícipes (25%), junto ao Ministério do Meio Ambiente (15%) e junto a outros órgãos (25%). Em relação às lideranças que expuseram que os relatórios ambientais/sustentabilidade são divulgados em outros órgãos, eles expressaram que são divulgados junto ao Conselho do Municipal de Meio Ambiente e junto ao Ministério Público.

Buscou-se identificar das lideranças, se possuíam conhecimento sobre a utilização de critérios ambientais/sustentáveis nas compras públicas, sendo que 70% afirmam não saber, 20% das lideranças afirmam que não possuem critérios ambientais nas compras e 10% afirmam que existem critérios ambientais nas compras públicas do município. Foram interrogados ainda, quais são os critérios para estas compras, sendo que eles foram unânimes em afirmar, que exigem fornecedores ambientalmente certificados.

Quanto as lideranças, foram interrogadas sobre o desempenho ambiental da Prefeitura, 60% dos questionados avaliaram como um desempenho bom, enquanto 40%, avaliaram como um desempenho regular.

As lideranças públicas, quando questionadas sobre cinco atividades que consideram causar mais impactos negativos ao meio ambiente: resíduos sólidos (90%), poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos (85%), aplicação de produtos fitofarmacêuticos, pesticidas e herbicidas (75%), águas residuais (60%) e poluições decorrentes a queimadas (45%). Foram interrogadas as principais lideranças públicas do município, aos fatores que consideram importantes para monitorar as instalações da Prefeitura Municipal quanto a ações de prevenção interna de sustentabilidade. Com isso, as lideranças referiram-se a produção, valorização e destino final de resíduos (41%); ações de sensibilização e educação ambiental (33%); consumo de água (19%) e despesas e investimentos na proteção ambiental (7%).

Ainda, quando questionadas sobre alternativas, métodos e ações socioambientais que pudessem ser propostas na busca por um desenvolvimento sustentável no município, as principais lideranças públicas expuseram o que: Sensibilização e orientação à comunidade sobre ações de preservação ambiental e reciclagem, como em exemplo o relato de uma das lideranças: “[...] não adianta disponibilizar lixeiras adequadas à coleta seletiva se a população não for devidamente orientada a realizá-la”. E ainda complementa: “[...] enquanto o município não investir nas pequenas e possíveis ações, as de grande porte jamais conseguirão ser implantadas”; Ações culturais, nas famílias, escolas, comunidades, que realmente conscientizem a população da necessidade de preservação ao meio ambiente; Tratamento do esgoto doméstico; Possuir maior envolvimento da sociedade, do que diz respeito a definições e propostas de Lei Ambientais Municipais; Maiores investimentos na proteção ambiental; Coleta Seletiva do Lixo; Licenciamento Ambiental como exigência para exercício de atividades; Saneamento básico; Fiscalização ambiental por parte dos órgãos competentes; Formação constante os profissionais da área, que executam atividades ambientais; Busca constante de recursos junto aos órgãos competentes, em benefício à comunidade e ao meio ambiente.

Atendendo dos objetivos propostos no trabalho permeavam sugestões de ações socioambientais à instituição, assim, foram elencadas algumas ações pela autora, como alternativas para uma busca constante de um desenvolvimento sustentável para o Município X do Vale do Jaguari.

Inicialmente para que possam ser implementadas boas práticas ambientais, é necessário desenvolver um processo de educação ambiental no município. Surge, então, a necessidade de intensificar estudos, pesquisas e debates sobre esses temas, procurando uma abrangência maior, inclusive atingindo a comunidade em geral, através de realização de campanhas públicas e oficinas de conscientização ambiental em escolas, instituições e eventos do município, como feiras, simpósios e congressos ambientais.

Para que estas ações possam ser efetuadas é necessário que todos possam ter acesso a estes conhecimentos e para que possamos educar ecologicamente as nossas ações, atitudes, hábitos e pensamentos, a fim de uma preservação constante de nosso meio ambiente na busca por uma melhor qualidade de vida. Isso pode ser possível através de parcerias entre o poder público municipal, grupos ambientalistas, universidades, meios de comunicação, comércio local, associações de bairros, entre outros.

O Poder Público pode ainda, promover um fórum orientado aos servidores públicos municipais, objetivando o conhecimento e mecanismos de utilização da Agenda 21 e da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), ou ainda, pode ser utilizado um livreto como referência para implantação de a A3P, apontando ações para diminuição dos gastos do órgão e também visando à mitigação dos danos ao meio ambiente.

Pode-se ainda, como órgão público, promover estratégias sustentáveis de compras, utilizando critérios ambientais. As licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também, apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas as do critério de menor de preço. É importante ainda, que os compradores públicos saibam delimitar corretamente as necessidades da sua instituição e conheçam a legislação e normas aplicáveis.

Para a formação de uma educação ambiental, prestação de serviços ambientais é necessário profissionais capacitados para o exercício da função. Com isso, torna-se necessário no Município X do Vale do Jaguari, formação, capacitação e treinamento constante de lideranças ambientais, para que sejam capazes de atuar na área, já que, o município encontra-se com um número reduzido de servidores habilitados para atuarem na gestão ambiental. Pois, percebe-se, que no município, há uma preocupação e conscientização interna dos profissionais referente à sustentabilidade, mas precisa-se ainda, ações efetivas de conscientização externas para a comunidade, por parte de profissionais capacitados.

É importante ainda, que exista a efetivação da coleta seletiva de lixo, como forma eficiente de reciclagem por parte da Usina de Reciclagem. Mas, para que isso ocorra além do compromisso da administração pública, deve haver ainda a conscientização da população do município. Esse espírito de preservação ambiental pode ser despertado, através da elaboração de uma cartilha, apontando ações preservação ambiental, bem como atividades que causam maiores impactos negativos ao meio ambiente, programa de prevenção de riscos ambientais, e explicações sobre procedimentos da coleta seletiva do lixo. Essa cartilha pode ser desenvolvida por intermédio de parcerias com instituições públicas e privada, universidades, governo municipal, estadual e federal. A efetivação das ações pode dar-se através de projetos para advir recursos para ação, manutenção e execução de cunho efetivo na gestão ambiental. Dessa forma, o cidadão primeiramente vai pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente.

Entre essas e outras ações socioambientais que podem ser implantadas no município, pode-se obter gradativamente um meio ambiente sustentado, com qualidade de vida a toda a população. Mas isso só é possível, com o comprometimento público através de ações corretivas e preventivas, e conscientização da população de forma que todos possam contribuir e cooperar para melhores práticas, em busca de desenvolvimento sustentável.

Por tudo, o meio ambiente abriga e rege a vida em todas as suas formas. Por essa razão torna-se fundamental que o poder público juntamente com a sociedade crie instrumentos e medidas que possam garantir a manutenção do equilíbrio ambiental, seja por meio da minimização da ação do homem sobre a natureza ou através da redução dos impactos ambientais gerados por sua causa. Por isso, devemos conscientizar a população que podemos fazer mais, consumir menos, influenciar mais e degradar menos.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

AMIN, Esperidão Heleu Filho. **A utilização de indicadores sociais na administração pública brasileira**. O caso do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR ISO 14001: Sistemas de Gestão Ambiental -Especificação e Diretrizes para Uso**. Rio de Janeiro:1996.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 4 ed. São Paulo: Atlas,1999.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAVA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreira de. **Gestão Ambiental: enfoques estratégicos aplicados ao desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Makron Books, 2000.

AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Disponível em: http://www.cqgp.sp.gov.br/gt_licitacoes/publicacoes/a3p.pdf. Acesso em 03 maio 2013.

AGENDA 21. Acesso em: 03 maio 2013. Disponível em : <http://www.mma.gov.br/responsabilidadesocioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>.

BRITO, F.; CÂMARA, J. **Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRÜSEKE, F.J., **A Crítica da Técnica Moderna**, Revista Estudos Sociedade e Agricultura, nº 10, Rio de Janeiro, CPDA, UFRRJ, 1998.

CANEPA, Carla. **Cidades sustentáveis: o município como locus da sustentabilidade**. São Paulo: RCS, 2007.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (WECD): **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas,1988.

DENARDI, Reni A. et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná**. EMATER/Paraná: Curitiba. 2000. Disponível em: http://www.gp.usp.br/files/desen_fatores.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2013.

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2ª edição. São Paulo: Athas, 1999.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB - Escola Superior Aberta do Brasil, 2002-2003. Apostila.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil- UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS- Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo:Atlas, 2007.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2. ed. rer. atual. São Paulo: Loyola, 2004.

HUTCHISON, David. **Educação ecológica: idéias sobre a consciência ambiental**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

JATOBÁ , Sérgio. **Gestão ambiental urbana aplicável a parcelamentos urbanos no Distrito Federal**. In: Seminári Internacional Ecocity, 4., 2000, Curitiba. Anais. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26612-26614-1-PB.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

KOTLER, Philip; LEE, Nancy. **Marketing no Setor Público: Um guia para um desempenho mais eficaz**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAIMON, Dália. **ISO 14001 – Passo a Passo da Implantação nas Pequenas e Médias Empresas**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda., 1999

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A3P- Agenda Ambiental na Administração Pública**. Brasília, 4ª edição. 2007

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A3P- Agenda Ambiental na Administração Pública. Brasília, 5ª edição. 2009. Disponível em:** http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf . Acesso em: 04 maio 2013.

MONTIBELLER, Gilberto Filho. **Empresas, desenvolvimento e ambiente:Diagnostico e diretrizes de sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2007

NASCIMENTO, Luis Felipe; LEMOS, Ângela Denise da Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ODUM, Eugene Pleasants. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1985.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática**. 10 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (Orgs.). **Educação ambiental:caminhos trilhados no Brasil**. São Paulo: Ipê, 1998.

POLIT, D.F; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização.** Trad. De Ana Thorell. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências.** São Paulo: SMA, 1998.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Avaliação e contabilização de impactos ambientais.** São Paulo . Editora UNICAMP, 2004.

RUTHES, S. **Inteligência competitiva para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Petrópolis, 2007.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____, Ignacy. **Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas.** Los casos de India y Brasil. Pensamiento Iberoamericano, v. 46, 1990.

SCHENINI, Pedro Carlos; NASCIMENTO Daniel Trento; CAMPOS, Edson Telê. **Planejamento, Gestão e Legislação Territorial Urbana: Uma abordagem sustentável.** Florianópolis: FEPESE Papa- Livro, 2006.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada á Contabilidade: orientação de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de Dissertação.** 3ª Ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

VALLE, Cyro Eyer do. **Como se preparar para as normas ISSO 14000: Qualidade Ambiental: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente.** São Paulo: Pioneira, 2000.

VERA, Armando Asti. **Metodologia da pesquisa Científica.** Porto Alegre: Globo, 1973.